INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Goiás

RELATÓRIO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3º trimestre de 2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG
Órgão 26429 • Ministério da Educação

Valores expressos em reais, salvo indicação em contrário

Sumário

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO 4
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 5
3. DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS 5
3.1 Caixa e equivalentes de caixa 6
3.2 Créditos a receber e dívida ativa 6
3.3 Estoques 6
3.4 Imobilizado e intangível 7
3.5 Passivos provisões e contingências 7
3.6 Receitas despesas e ajustes de exercícios anteriores 7
4. Síntese dos principais resultados 7
Critérios das análises vertical e horizontal 8
5. Balanço Orçamentário 8
5.1 Restos a pagar 9
5.2 Análises vertical e horizontal da execução orçamentária 10
6. Balanço Financeiro 11
Ativos e passivos financeiros do BP 12
6.1 Composição e evolução dos ingressos do BF 12
6.2 Composição e evolução dos dispêndios do BF 12
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa 13
Conciliação do caixa com o BP e o BF 14
7.1 Composição e evolução dos ingressos de caixa 14
7.2 Composição e evolução dos desembolsos de caixa 15
7.3 Evolução dos fluxos líquidos de caixa 15
8. Balanço Patrimonial 15
8.1 Ativos circulantes e créditos a receber 16
Créditos a longo prazo e dívida ativa 16
8.2 Imobilizado e intangível 16
8.3 Passivos e patrimônio líquido 17
Conciliação do patrimônio líquido 18
8.4 Análises vertical e horizontal da posição patrimonial 18
9. Demonstração das Variações Patrimoniais 19

Aumento da despesa com pessoal 20
9.1 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mensal 20
9.2 Conciliação de setembro com o BP e a DVP 21
9.3 Composição e evolução das VPA 23
9.4 Composição e evolução das VPD 23
9.5 Composição e evolução do patrimônio líquido 24
10. Análise cruzada entre as demonstrações 24
10.1 Obrigações contratuais, contingências e partes relacionadas 24
11. Limitações de informação 25
12. Conclusão 25
Referências documentais 26
Conformidade contábil e declaração do contador 27
Declaração trimestral do contador 28
Ressalvas e histórico de restrições 28
Restrição 029 — Falta ou atraso de remessa do RMA e RMBM 28
Restrição 315 — Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão 28
Restrição 318 — Não atendimento às orientações de órgão contábil ou setorial de contabilidade 28
Restrição 603 — Saldo contábil do almoxarifado não confere com o RMA 28
Restrição 640 — Saldo contábil de bens móveis não confere com o RMBM 29
Restrição 642 — Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado 29
Restrição 696 — Passivo orçamentário versus execução orçamentária 29
Restrição 772 — Controle de DDR versus controle orçamentário liquidado 29
Outras limitações de informação 29
Encerramento e identificação do contador 30

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma autarquia federal integrante da Administração Indireta e vinculada ao Ministério da Educação. Nos demonstrativos contábeis, está identificado como órgão 26429, subordinado ao órgão superior 26000.

O IFG possui organização multicâmpus e descentralizada, voltada à oferta gratuita de educação superior, básica, profissional e tecnológica. Sua estrutura compreende a Reitoria e os câmpus Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso de Goiás.

As análises deste relatório referem-se ao conjunto do órgão 26429, conforme a abrangência dos demonstrativos do terceiro trimestre de 2026. A estrutura institucional contextualiza a atuação do IFG e a distribuição da gestão orçamentária, financeira e patrimonial entre suas unidades.

Unidades institucionais e respectivos CNPJs

Unidade institucional	CNPJ
REITORIA	10.870.883/0001-44
GOIÂNIA	10.870.883/0002-25
JATAÍ	10.870.883/0003-06
INHUMAS	10.870.883/0004-97
ITUMBIARA	10.870.883/0005-78
URUAÇU	10.870.883/0006-59
ANÁPOLIS	10.870.883/0009-00
FORMOSA	10.870.883/0007-30
LUZIÂNIA	10.870.883/0008-10
APARECIDA DE GOIÂNIA	10.870.883/0010-35
CIDADE DE GOIÁS	10.870.883/0011-16
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	10.870.883/0014-69
GOIÂNIA OESTE	10.870.883/0013-88
SENADOR CANEDO	10.870.883/0012-05
VALPARAÍSO DE GOIÁS	10.870.883/0015-40
QUIRINÓPOLIS	10.870.883/0016-20

Fonte: IFG. Notas explicativas - 1º Trimestre - 2026, quadro de unidades gestoras. Dados de identificação institucional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A preparação e a análise das demonstrações adotam como referências a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, edição indicada nas orientações fornecidas para o período), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e os procedimentos do Siafi. A apresentação das notas considera os CTSPs 01 e 02, as IPCs pertinentes e as orientações da Setorial Contábil do MEC para o terceiro trimestre de 2026.

As informações são apresentadas em reais. Na execução orçamentária, as receitas são evidenciadas quando arrecadadas e as despesas quando legalmente empenhadas, com discriminação dos estágios de liquidação e pagamento. As variações patrimoniais são analisadas pelo regime de competência, e a DFC evidencia os fluxos de caixa.

As informações são apresentadas com as limitações decorrentes do nível de agregação dos demonstrativos e das diferenças entre as peças contábeis, em especial a divergência entre o saldo final da DMPL de setembro e o patrimônio líquido do BP, detalhada na seção 9.2.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) é identificado nos demonstrativos como autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Estas notas apresentam a situação patrimonial em 30 de setembro de 2026 e a execução orçamentária, financeira e patrimonial acumulada de janeiro a setembro de 2026, com base nos demonstrativos do órgão 26429, abrangência Todos os Orçamentos, emitidos em 15 de outubro de 2026 e identificados como 3º trimestre fechado.

As referências cruzadas abrangem o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Orçamentário (BO), incluindo seus anexos de restos a pagar, o Balanço Financeiro (BF), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as DMPLs de julho, agosto e setembro de 2026, com apoio histórico dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e junho. Os saldos não representam apenas a movimentação ocorrida entre julho e setembro.

As demonstrações do órgão reúnem as informações das unidades gestoras vinculadas ao IFG, registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Seu objetivo é apresentar a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, oferecendo suporte à prestação de contas e à tomada de decisões.

As análises horizontais da DVP, BF e DFC utilizam as colunas acumuladas de 2026 e 2025 dos respectivos demonstrativos. No BP, a coluna de 2025 corresponde ao saldo de encerramento do exercício anterior, coerente com o caixa inicial de 2026 e com os quadros de abertura das DMPLs. O BO contém a execução de 2026 e não permite comparação direta com a execução de 2025.

3. DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

Os critérios contábeis apresentados nesta seção retomam as políticas descritas na nota do primeiro trimestre de 2026 e relacionam essas políticas às rubricas das demonstrações de

setembro. As informações específicas sobre saldos, movimentações e limitações de evidenciação constam das seções correspondentes.

A base de mensuração descrita nas políticas institucionais é, em regra, o custo histórico, ajustado, quando aplicável, pela depreciação, amortização e redução ao valor recuperável. O reconhecimento orçamentário, o patrimonial e a movimentação financeira têm finalidades distintas e são apresentados nas demonstrações correspondentes.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades de liquidez imediata são apresentadas pelo valor nominal. No terceiro trimestre, o saldo final de R$ 56.087.102,01 concilia entre BP, BF e DFC. Esse saldo agregado não representa, por si só, recursos integralmente livres, pois sua utilização está sujeita às vinculações e à natureza dos valores que o compõem.

Na estrutura contábil descrita para o IFG, o caixa compreende disponibilidades na Conta Única do Tesouro Nacional e em outros bancos. Entre seus componentes estão os limites de saque com vinculação de pagamento, os valores vinculados a ordens de pagamento e as garantias. Os recursos liberados pelo Tesouro e por outros órgãos representam disponibilidades destinadas ao atendimento de despesas com vinculação específica.

As garantias correspondem a depósitos em contas vinculadas de contratos continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. A vinculação desses valores aos respectivos contratos distingue sua finalidade da disponibilidade de recursos para uso geral da instituição.

3.2 Créditos a receber e dívida ativa

Os créditos são apresentados segundo sua natureza e classificação em curto e longo prazo. A dívida ativa não tributária permanece evidenciada por R$ 1.150.936,90 no BP. A estabilidade do saldo não demonstra ausência de inscrições, recebimentos, baixas ou atualizações, e os demonstrativos agregados não discriminam a movimentação nem os critérios de recuperabilidade por crédito.

Entre as naturezas descritas na documentação institucional estão os adiantamentos a prestadores de serviços e fornecedores, inclusive os destinados à execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão por fundações de apoio. Essa descrição esclarece a finalidade dos adiantamentos, sem atribuir a eles a totalidade do saldo de Demais Créditos e Valores apresentado em setembro.

3.3 Estoques

Os estoques compreendem materiais de consumo destinados às atividades institucionais, incluindo gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração. A política contábil institucional contempla o reconhecimento pelo custo de aquisição ou produção e a avaliação das saídas pelo custo médio ponderado. O saldo de estoques apresentado no BP de setembro é de R$ 2.312.886,15.

3.4 Imobilizado e intangível

A política contábil descrita na nota do primeiro trimestre contempla o reconhecimento do imobilizado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e dos ajustes aplicáveis, e do intangível pelo custo de aquisição. A ausência de amortização acumulada dos softwares no BP não demonstra, isoladamente, vida útil indefinida ou dispensa de amortização.

3.5 Passivos provisões e contingências

As obrigações patrimoniais são analisadas conforme os fatos que lhes deram origem e os respectivos prazos. O reconhecimento de provisões considera obrigação presente, saída provável de recursos e estimativa confiável. O BP não apresenta saldos nas linhas de provisões, circunstância que não comprova inexistência de riscos ou obrigações. Os demonstrativos agregados não discriminam a posição de demandas judiciais e contingências.

3.6 Receitas despesas e ajustes de exercícios anteriores

O reconhecimento orçamentário é distinto do patrimonial e do financeiro, conforme a seção 2. Receitas e despesas patrimoniais decorrem dos fatos geradores e não se confundem com arrecadação, empenho ou pagamento. Os ajustes de exercícios anteriores de R$ 67.748.926,58 no BP são apresentados separadamente do resultado patrimonial do período. As DMPLs mensais e a conciliação com o BP estão detalhadas nas seções 9.1 e 9.2.

4. Síntese dos principais resultados

A organização das informações considera o CTSP 02 e as orientações do MEC e da STN para o período. As variações seguem os critérios de análise vertical e horizontal descritos a seguir, com arredondamento dos percentuais para duas casas decimais. As explicações distinguem os movimentos quantitativos apresentados nas demonstrações das causas não discriminadas nas peças sintéticas.

Indicador	Valor R$
Ativo total	965.739.946,54
Passivo exigível	312.624.337,45
Patrimônio líquido	653.115.609,09
Resultado patrimonial do período	-35.706.923,30
Resultado orçamentário	-766.454.717,50
Geração líquida de caixa	-4.347.379,82
Caixa ao final do período	56.087.102,01

Os três resultados negativos têm bases distintas: competência patrimonial na DVP, receitas arrecadadas menos despesas empenhadas no BO e movimentação líquida de caixa na DFC. Por

isso, não devem ser interpretados como medidas equivalentes de desempenho ou de disponibilidade financeira.

Fonte: BP, pp. 1–3; DVP, p. 3; BO, p. 2; DFC, p. 2.

Critérios das análises vertical e horizontal

A análise vertical (AV) expressa a participação de cada rubrica na base indicada em cada quadro. A análise horizontal (AH) corresponde a (valor de 2026 menos valor comparativo) dividido pelo módulo do valor comparativo, multiplicado por 100. Para bases negativas, AH positiva indica melhora do resultado ou menor consumo de caixa; n.a. indica base zero. As variações são nominais e diferenças de participação são expressas em pontos percentuais. Rubricas de detalhamento não devem ser somadas novamente aos respectivos totais.

No BP, comparam-se 30/09/2026 e 31/12/2025. No BF, na DFC e na DVP, comparam-se os acumulados de janeiro a setembro de 2026 e de 2025. O BO fornecido apresenta a execução de 2026; sua comparação histórica agregada utiliza os valores orçamentários do BF de 2025. Os percentuais são calculados com valores integrais e arredondados a duas casas decimais.

5. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário apresenta a previsão e a arrecadação das receitas, as dotações e a execução das despesas nos estágios de empenho, liquidação e pagamento. O resultado orçamentário corresponde à diferença entre receitas arrecadadas e despesas legalmente empenhadas. O empenho reserva crédito para determinada finalidade e não se confunde, por si só, com a entrega do bem, a prestação do serviço ou a saída de caixa.

Receitas	Previsão atualizada R$	Arrecadação R$
Receitas correntes	1.102.607,00	1.157.707,40
Receitas de capital	0,00	950.201,00
Total	1.102.607,00	2.107.908,40

A arrecadação superou a previsão atualizada em R$ 1.005.301,40, atingindo 191,17% da previsão anual. As receitas correntes excederam a previsão em R$ 55.100,40. A maior parcela da diferença total decorre da receita de capital sem previsão evidenciada, de R$ 950.201,00, quase integralmente por alienação de bens móveis (R$ 950.200,00). A receita de serviços somou R$ 949.745,30, equivalente a 93,16% de sua previsão.

Despesa	Dotação atualizada R$	Empenhado R$	Pago R$
Pessoal e encargos sociais	639.189.116,00	612.657.021,23	386.006.998,46
Outras despesas correntes	112.631.932,00	124.121.919,70	100.765.834,11
Investimentos	4.023.154,00	31.783.684,97	17.146.873,56
Total	755.844.202,00	768.562.625,90	503.919.706,13

A dotação passou de R$ 721.618.533,00 para R$ 755.844.202,00, aumento de R$ 34.225.669,00 (4,74%). O quadro de créditos adicionais evidência R$ 590.861,00 com origem em superávit financeiro e R$ 33.634.808,00 em créditos cancelados.

As despesas liquidadas totalizaram R$ 561.473.900,31, equivalentes a 73,06% dos empenhos. Os pagamentos representam 65,57% dos empenhos e 89,75% das liquidações. Os compromissos do exercício ainda não pagos somam R$ 264.642.919,77, compostos por R$ 207.088.725,59 não liquidados e R$ 57.554.194,18 liquidados a pagar.

O BO apresenta empenhos R$ 12.718.423,90 superiores à dotação atualizada, com saldo negativo em Outras Despesas Correntes de R$ 11.489.987,70 e em Investimentos de R$ 27.760.530,97. A estrutura do demonstrativo admite diferenças de abrangência entre a dotação do órgão e a execução de créditos recebidos por descentralização. Os demonstrativos agregados não discriminam a origem dessa diferença por órgão, unidade orçamentária e grupo de despesa.

O déficit orçamentário de R$ 766.454.717,50 corresponde à diferença entre arrecadação e empenhos. Sua interpretação deve considerar o financiamento por transferências: no BF, as transferências resultantes da execução orçamentária foram R$ 566.347.350,97 recebidas e R$ 29.782.878,87 concedidas, líquidas de R$ 536.564.472,10. Essas transferências não são receita orçamentária própria nem devem ser somadas ao BO para alterar seu resultado.

A execução orçamentária e financeira do período também foi influenciada pelo aumento da execução de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), conforme informação prestada pela área responsável. No BF, as despesas orçamentárias empenhadas passaram de R$ 553.489.215,57, no período comparativo de 2025, para R$ 768.562.625,90 em 2026, aumento de R$ 215.073.410,33 (38,86%). A ampliação da execução dos TEDs contribuiu para esse crescimento, sem que os demonstrativos agregados permitam quantificar sua participação no aumento total.

Fonte: BO, pp. 1–3; BF, p. 1; orientações do MEC nas mensagens 2026/3962801 e 2026/3962793.

5.1 Restos a pagar

Movimentação	Não processados R$	Processados e não processados liquidados R$
Inscritos em exercícios anteriores	4.412.688,72	3.829.418,28
Inscritos em 31 de dezembro de 2025	18.001.450,66	86.805.233,38
Base apresentada	22.414.139,38	90.634.651,66
Pagamentos	13.966.460,71	86.064.944,23
Cancelamentos	180.934,46	4.848,22
Saldo em 30 de setembro de 2026	8.266.744,21	4.564.859,21

O saldo remanescente conjunto dos dois anexos do BO é de R$ 12.831.603,42. Os pagamentos totalizaram R$ 100.031.404,94 e os cancelamentos R$ 185.782,68. Os pagamentos de cada anexo conciliam com as rubricas correspondentes do BF.

Nos restos a pagar não processados, os pagamentos representam 62,31% da base apresentada e os cancelamentos 0,81%. Foram liquidados R$ 16.449.957,57. O saldo de R$ 8.266.744,21 inclui obrigações que podem estar liquidadas e ainda não pagas, não equivalendo integralmente a saldo a liquidar. A diferença entre liquidações e pagamentos no anexo é de R$ 2.483.496,86.

No anexo de processados e não processados liquidados, os pagamentos representam 94,96% da base apresentada. O saldo remanescente é composto por R$ 212.614,99 em pessoal e encargos sociais, R$ 3.693.988,07 em outras despesas correntes e R$ 658.256,15 em investimentos.

Os R$ 264.642.919,77 de despesas empenhadas no exercício de 2026 e ainda não pagas são evidenciados no BF em linhas denominadas Inscrição de Restos a Pagar, para compensar a despesa orçamentária empenhada. No encerramento do terceiro trimestre, tais linhas não devem ser interpretadas como inscrição definitiva em 31 de dezembro nem confundidas com os saldos de exercícios anteriores dos anexos do BO.

Fonte: BO, p. 3, Anexos 1 e 2; BF, p. 1; mensagem MEC 2026/3962800.

5.2 Análises vertical e horizontal da execução orçamentária

A AV das receitas usa a arrecadação total de R$ 2.107.908,40; a AV das despesas usa os empenhos totais de R$ 768.562.625,90. Os indicadores de realização e execução comparam, respectivamente, arrecadação e previsão atualizada, e empenhos e dotação atualizada. Esses indicadores não constituem comparação entre exercícios.

Receitas	Previsão R$	Arrecadação R$	Realização %	AV %
Correntes	1.102.607,00	1.157.707,40	105,00	54,92
Capital	0,00	950.201,00	n.a.	45,08
Total	1.102.607,00	2.107.908,40	191,17	100,00
Despesas	**Dotação R$**	**Empenhos R$**	**Execução %**	**AV %**
Pessoal e encargos	639.189.116,00	612.657.021,23	95,85	79,71
Outras despesas correntes	112.631.932,00	124.121.919,70	110,20	16,15
Investimentos	4.023.154,00	31.783.684,97	790,02	4,14
Total	755.844.202,00	768.562.625,90	101,68	100,00

Os empenhos com pessoal representam 79,71% da execução. Os empenhos totais correspondem a 101,68% da dotação apresentada. A leitura dessa relação deve considerar a execução de créditos descentralizados e TEDs descrita nestas notas, sem atribuir a diferença a uma causa não quantificada.

Comparação agregada	2026 R$	2025 R$	AH %
Receitas arrecadadas	2.107.908,40	525.394,57	301,20

Comparação agregada	2026 R$	2025 R$	AH %
Despesas empenhadas	768.562.625,90	553.489.215,57	38,86
Resultado calculado	-766.454.717,50	-552.963.821,00	-38,61

Fonte: BO de 2026 e valores orçamentários comparativos do BF. O resultado de 2025 foi calculado pela diferença entre arrecadação e empenhos. O déficit orçamentário aumentou em R$ 213.490.896,50; seu financiamento deve ser interpretado em conjunto com as transferências recebidas, que não integram as receitas orçamentárias do órgão.

6. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras e recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa de abertura e de encerramento. As transferências recebidas resultantes da execução orçamentária financiam despesas do exercício; as independentes dessa execução incluem recursos para pagamento de restos a pagar e movimentação de saldos patrimoniais. As compensações de empenhos não pagos não representam, necessariamente, ingresso efetivo de caixa.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	Variação
Receitas orçamentárias	2.107.908,40	525.394,57	301,20%
Transferências financeiras recebidas	626.896.261,31	529.224.012,57	18,46%
Recebimentos extraorçamentários	344.553.376,95	134.118.274,12	156,90%
Despesas orçamentárias	768.562.625,90	553.489.215,57	38,86%
Transferências financeiras concedidas	39.212.814,93	36.330.159,56	7,93%
Pagamentos extraorçamentários	170.129.485,65	88.891.548,49	91,39%

Ingressos e dispêndios, incluindo os saldos de caixa, totalizaram R$ 1.033.992.028,49 em 2026, ante R$ 720.032.528,82 em 2025. Sobre o total de 2026, as transferências financeiras recebidas representam 60,63%, os recebimentos extraorçamentários 33,32% e as receitas orçamentárias 0,20%. Do lado dos dispêndios, as despesas orçamentárias representam 74,33% e os pagamentos extraorçamentários 16,45%. Esses percentuais usam o total do BF, que inclui os saldos inicial e final.

Dos recebimentos extraorçamentários, R$ 264.642.919,77 correspondem à compensação de despesas do exercício não pagas. O valor coincide com os empenhos menos pagamentos do BO e não representa entrada efetiva de caixa. Os depósitos restituíveis e valores vinculados evidenciam recebimentos de R$ 79.487.874,36 e pagamentos de R$ 70.086.449,56, com diferença de R$ 9.401.424,80. A composição analítica dessas movimentações não é discriminada nas peças sintéticas.

Ativos e passivos financeiros do BP

Componente	2026 R$	2025 R$
Ativo financeiro	56.087.102,01	60.434.481,83
Passivo financeiro	291.452.455,76	117.526.578,22
Resultado financeiro calculado	-235.365.353,75	-57.092.096,39

O déficit financeiro de R$ 235.365.353,75 apresentado no BP decorre do ativo financeiro menos o passivo financeiro. Por destinação, R$ 209.330.726,40 estão em recursos não vinculados e R$ 26.034.627,35 em recursos vinculados. No grupo Fundos, Órgãos e Programas há saldo positivo de R$ 1.983.489,99, que não permite compensação automática com outras vinculações.

A soma dos passivos financeiro e permanente é R$ 525.449.438,84, superior ao passivo exigível em R$ 212.825.101,39. As classificações dos quadros têm bases distintas. Esse valor excede os R$ 207.088.725,59 de empenhos do exercício não liquidados em R$ 5.736.375,80, diferença cuja composição não é discriminada nos quadros sintéticos. O Saldo Patrimonial de R$ 440.290.507,70 desse quadro não equivale ao patrimônio líquido de R$ 653.115.609,09 do quadro principal.

Fonte: BF, p. 1; BP, pp. 2–3; BO, pp. 2–3.

6.1 Composição e evolução dos ingressos do BF

Base da AV: total do lado dos ingressos, incluindo o caixa inicial. Período: janeiro a setembro de cada exercício.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Receitas orçamentárias	2.107.908,40	525.394,57	301,20	0,20	0,07
Transferências recebidas	626.896.261,31	529.224.012,57	18,46	60,63	73,50
Recebimentos extraorçamentários	344.553.376,95	134.118.274,12	156,90	33,32	18,63
Caixa inicial	60.434.481,83	56.164.847,56	7,60	5,84	7,80
Total	1.033.992.028,49	720.032.528,82	43,60	100,00	100,00

6.2 Composição e evolução dos dispêndios do BF

Base da AV: total do lado dos dispêndios, incluindo o caixa final. Os registros extraorçamentários incluem compensações de despesas não pagas e não equivalem integralmente a movimentações de caixa.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Despesas orçamentárias	768.562.625,90	553.489.215,57	38,86	74,33	76,87

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Transferências concedidas	39.212.814,93	36.330.159,56	7,93	3,79	5,05
Pagamentos extraorçamentários	170.129.485,65	88.891.548,49	91,39	16,45	12,35
Caixa final	56.087.102,01	41.321.605,20	35,73	5,42	5,74
Total	1.033.992.028,49	720.032.528,82	43,60	100,00	100,00

As transferências recebidas representam 60,63% do total dos ingressos de 2026. A expansão dos registros extraorçamentários altera a composição do BF; por isso, a avaliação da geração efetiva de caixa deve ser feita pela DFC.

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC apresenta as entradas e saídas de caixa, classificadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Evidencia como os recursos financeiros foram obtidos e utilizados no cumprimento da finalidade pública do IFG. A oferta gratuita de educação e a natureza autárquica e multicâmpus da instituição contextualizam a relevância das transferências financeiras para o financiamento de suas atividades.

Componente	2026 R$	2025 R$
Fluxo líquido operacional	19.858.739,79	14.806.823,10
Fluxo líquido de investimento	-24.206.119,61	-29.650.065,46
Fluxo líquido de financiamento	0,00	0,00
Geração líquida de caixa	-4.347.379,82	-14.843.242,36
Caixa inicial	60.434.481,83	56.164.847,56
Caixa final	56.087.102,01	41.321.605,20

O fluxo operacional positivo aumentou 34,12%, ou R$ 5.051.916,69, mas foi inferior ao consumo líquido de caixa das atividades de investimento. A redução de caixa no período foi R$ 10.495.862,54 menor que a observada no mesmo intervalo de 2025.

Os ingressos operacionais foram R$ 707.865.706,30, dos quais R$ 626.896.261,31 em transferências financeiras recebidas (88,56%). Os desembolsos operacionais foram R$ 688.006.966,51, com R$ 518.212.367,65 em Pessoal e Demais Despesas, R$ 60.483.703,22 em transferências concedidas e R$ 109.310.895,64 em outros desembolsos. A rubrica Pessoal e Demais Despesas da DFC inclui diversos pagamentos e não equivale à despesa de pessoal reconhecida por competência na DVP.

Em Pessoal e Demais Despesas, destacam-se a função Educação, com R$ 426.459.750,42, Previdência Social, com R$ 66.414.213,28, Direitos da Cidadania, com R$ 14.509.171,51, e Urbanismo, com R$ 10.247.694,63. A classificação funcional apresentada não identifica individualmente os instrumentos e créditos executados.

O fluxo de investimento compreende R$ 950.200,00 de alienação de bens e R$ 25.156.319,61 de desembolsos, dos quais R$ 25.013.737,11 em aquisição de ativo não circulante. Não há fluxos de financiamento apresentados. O valor de R$ 1,00 de transferência de capital no BO está incluído no total de R$ 180.001,00 de transferências recebidas nas atividades operacionais da DFC.

Conciliação do caixa com o BP e o BF

Etapa	Valor R$
Caixa inicial no BF e na DFC	60.434.481,83
Receitas e transferências recebidas no BF	629.004.169,71
Recebimentos extraorçamentários sem a compensação dos empenhos não pagos	79.910.457,18
Despesas orçamentárias efetivamente pagas	-503.919.706,13
Transferências financeiras concedidas	-39.212.814,93
Pagamentos extraorçamentários	-170.129.485,65
Caixa final no BP no BF e na DFC	56.087.102,01

A conciliação exclui R$ 264.642.919,77 dos recebimentos extraorçamentários e utiliza a despesa paga em lugar da empenhada. A redução resultante de R$ 4.347.379,82 coincide com o fluxo líquido da DFC.

Fonte: DFC, pp. 1–2; BF, p. 1; BP, p. 1; BO, p. 2.

7.1 Composição e evolução dos ingressos de caixa

Base da AV: ingressos operacionais e de investimento, sem caixa inicial. Os valores se referem a janeiro a setembro de cada exercício.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Receitas patrimoniais, serviços e outras	977.707,40	525.394,57	86,09	0,14	0,10
Transferências intergovernamentais	180.001,00	0,00	n.a.	0,03	0,00
Transferências financeiras	626.896.261,31	529.224.012,57	18,46	88,44	99,07
Ingressos extraorçamentários	79.487.874,36	4.073.224,49	1.851,47	11,21	0,76
Arrecadação de outra unidade	323.862,23	249.875,20	29,61	0,05	0,05
Demais recebimentos	0,00	123.929,49	-100,00	0,00	0,02

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Alienação de bens	950.200,00	0,00	n.a.	0,13	0,00
Total de ingressos	708.815.906,30	534.196.436,32	32,69	100,00	100,00

7.2 Composição e evolução dos desembolsos de caixa

Base da AV: desembolsos operacionais e de investimento, apresentados em módulo. Não houve fluxos de financiamento nos períodos comparados.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Pessoal e demais despesas	518.212.367,65	432.875.215,59	19,71	72,66	78,84
Transferências concedidas	60.483.703,22	48.838.204,17	23,85	8,48	8,90
Outros desembolsos operacionais	109.310.895,64	37.676.193,46	190,13	15,33	6,86
Investimentos	25.156.319,61	29.650.065,46	-15,16	3,53	5,40
Total de desembolsos	713.163.286,12	549.039.678,68	29,89	100,00	100,00

7.3 Evolução dos fluxos líquidos de caixa

Fluxo líquido	2026 R$	2025 R$	AH %
Operacional	19.858.739,79	14.806.823,10	34,12
Investimento	-24.206.119,61	-29.650.065,46	18,36
Geração líquida	-4.347.379,82	-14.843.242,36	70,71

O fluxo operacional cresceu 34,12%. O consumo líquido de caixa caiu 70,71%, de R$ 14.843.242,36 para R$ 4.347.379,82, com menor saída líquida de investimento. A composição da DFC usa ingressos e desembolsos efetivos, enquanto a base do BF inclui saldos e compensações contábeis.

8. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia os recursos controlados pela instituição, suas obrigações e o patrimônio líquido na data de encerramento. Ativos e passivos são classificados em circulantes e não circulantes; o patrimônio líquido corresponde à diferença entre o ativo e o passivo exigível. A leitura desses elementos permite acompanhar a composição e a evolução do patrimônio público e sua relação com as atividades institucionais.

8.1 Ativos circulantes e créditos a receber

Rubrica	2026 R$	2025 R$	Variação
Ativo circulante	136.246.042,82	115.946.931,97	17,51%
Caixa e equivalentes de caixa	56.087.102,01	60.434.481,83	-7,19%
Créditos a curto prazo	77.844.492,31	53.480.467,35	45,56%
Estoques a curto prazo	2.312.886,15	2.029.482,91	13,96%
VPDs pagas antecipadamente	1.562,35	2.499,88	-37,50%

O ativo circulante aumentou R$ 20.299.110,85, principalmente pela elevação dos créditos a curto prazo em R$ 24.364.024,96. Esses créditos representam 57,14% do ativo circulante e estão integralmente agregados na rubrica Demais Créditos e Valores. O BP sintético não discrimina sua composição por natureza, vencimento, devedor e recuperabilidade.

O caixa apresentou redução de R$ 4.347.379,82, equivalente a -7,19%, em relação à abertura do exercício. Esse movimento concilia integralmente com a geração líquida negativa da DFC e com os saldos inicial e final do BF, conforme seção 7. O saldo de R$ 56.087.102,01 está sujeito às vinculações e à natureza dos recursos que o compõem.

Os estoques aumentaram R$ 283.403,24. A DVP registra consumo de materiais de R$ 1.481.394,90 no período. A evolução do estoque resulta do conjunto de entradas, consumo, transferências e ajustes; a despesa de consumo, isoladamente, não corresponde à variação líquida do saldo.

Créditos a longo prazo e dívida ativa

Rubrica	Saldo em 2026 R$	Saldo em 2025 R$
Dívida ativa não tributária	1.150.936,90	1.150.936,90
Demais créditos e valores	286,10	286,10
Total de créditos a longo prazo	1.151.223,00	1.151.223,00

A dívida ativa não tributária permaneceu sem variação líquida no BP. A manutenção do saldo não demonstra, por si só, ausência de inscrições, recebimentos, baixas ou atualizações. A composição da movimentação e a metodologia de ajuste para perdas não são discriminadas no demonstrativo agregado.

Fonte: BP, p. 1; DVP, p. 2; BF, p. 1; DFC, p. 2. Orientação complementar: mensagem STN 2025/3836325, fornecida entre as referências.

8.2 Imobilizado e intangível

Rubrica	2026 R$	2025 R$	Variação
Imobilizado líquido	827.467.243,52	800.090.726,57	3,42%
Bens móveis líquidos	152.072.028,74	144.843.668,15	4,99%

Rubrica	2026 R$	2025 R$	Variação
Bens imóveis líquidos	675.395.214,78	655.247.058,42	3,07%
Intangível	875.437,20	875.437,20	0,00%

O imobilizado corresponde a 85,68% do ativo total. Seu aumento líquido de R$ 27.376.516,95 está distribuído entre bens móveis, R$ 7.228.360,59, e bens imóveis, R$ 20.148.156,36.

Composição	2026 R$	2025 R$
Bens móveis brutos	152.924.894,56	146.484.464,89
Depreciação acumulada de bens móveis	-852.865,82	-1.640.796,74
Bens imóveis brutos	676.834.440,85	656.516.209,92
Depreciação acumulada de bens imóveis	-1.439.226,07	-1.269.151,50

A depreciação acumulada dos bens móveis, em valor absoluto, diminuiu R$ 787.930,92, enquanto a dos imóveis aumentou R$ 170.074,57. No conjunto, a redução líquida dos saldos acumulados foi de R$ 617.856,35. A DVP registra despesa de depreciação, amortização e exaustão de R$ 186.178,72, inferior aos R$ 327.242,71 do período comparativo. A movimentação dos saldos acumulados abrange, além da despesa, eventuais baixas, transferências e ajustes, não individualizados nas peças sintéticas.

Os desembolsos com aquisição de ativo não circulante na DFC somam R$ 25.013.737,11. Esse fluxo não equivale ao acréscimo líquido do imobilizado, pois pode envolver pagamentos de obrigações de outros períodos, enquanto a evolução patrimonial inclui operações sem caixa e depreciação.

O intangível apresenta R$ 875.437,20 integralmente em softwares, sem variação líquida e sem amortização acumulada ou redução ao valor recuperável evidenciada nas linhas correspondentes. A ausência de amortização no demonstrativo não permite concluir, isoladamente, que os softwares tenham vida útil indefinida.

Fonte: BP, pp. 1–2; DVP, p. 2; DFC, p. 2.

8.3 Passivos e patrimônio líquido

Rubrica	2026 R$	2025 R$	Variação
Passivo circulante	312.624.337,45	296.990.712,93	5,26%
Obrigações trabalhistas previdenciárias e assistenciais	89.764.783,80	124.028.393,61	-27,63%
Fornecedores e contas a pagar	6.645.802,27	4.492.734,54	47,92%
Obrigações fiscais	840,00	845,78	-0,68%
Demais obrigações a curto prazo	216.212.911,38	168.468.739,00	28,34%
Patrimônio líquido	653.115.609,09	621.073.605,81	5,16%

O passivo exigível está integralmente classificado no circulante. O crescimento de R$ 15.633.624,52 decorre, em termos de composição, principalmente do aumento de R$ 47.744.172,38 em Demais Obrigações, parcialmente compensado pela redução de R$ 34.263.609,81 nas obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais. As demais obrigações representam 69,16% do passivo exigível.

Fornecedores e contas a pagar aumentaram R$ 2.153.067,73. A identificação dos principais credores, valores vencidos, obrigações em discussão e distribuição por unidade gestora depende de informações analíticas. A redução do saldo trabalhista não implica redução da despesa com pessoal, pois o saldo de obrigações a pagar e a despesa reconhecida no período representam grandezas distintas; a DVP registra crescimento dessa despesa, conforme seção 9.

Conciliação do patrimônio líquido

Movimentação	Valor R$
Patrimônio líquido de abertura	621.073.605,81
Resultado patrimonial de janeiro a setembro de 2026	-35.706.923,30
Ajustes de exercícios anteriores em 2026	67.748.926,58
Patrimônio líquido em 30 de setembro de 2026	653.115.609,09

O patrimônio líquido cresceu R$ 32.042.003,28, apesar do déficit do período, em razão dos ajustes de exercícios anteriores apresentados no BP. O valor de R$ 67.748.926,58 não integra as VPAs do período. A natureza e as contrapartidas dos ajustes não são discriminadas nos demonstrativos sintéticos.

O resultado comparativo de 2025 no BP é de R$ -33.308.627,45, também apresentado no quadro anual de 2025 das DMPLs mensais. A DVP comparativa apresenta R$ -44.422.451,84, correspondente ao acumulado até setembro de 2025. Os períodos são distintos e esses valores não devem ser comparados como resultados do mesmo intervalo. As seções 9.1 e 9.2 apresentam a análise das DMPLs e a divergência entre o saldo final da DMPL de setembro e o patrimônio líquido do BP.

Fonte: BP, pp. 1–2; DVP, p. 3. A conciliação é complementada pelas DMPLs mensais nas seções 9.1 e 9.2.

8.4 Análises vertical e horizontal da posição patrimonial

Base da AV de ativos, passivos e patrimônio líquido: ativo total de cada data. Coluna 2026: 30/09/2026; coluna 2025: 31/12/2025. As linhas de detalhamento estão contidas nos respectivos grupos; não há passivo não circulante informado.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Ativo circulante	136.246.042,82	115.946.931,97	17,51	14,11	12,63
Caixa e equivalentes	56.087.102,01	60.434.481,83	-7,19	5,81	6,58
Créditos de curto prazo	77.844.492,31	53.480.467,35	45,56	8,06	5,83

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Estoques	2.312.886,15	2.029.482,91	13,96	0,24	0,22
Despesas antecipadas	1.562,35	2.499,88	-37,50	0,00	0,00
Ativo não circulante	829.493.903,72	802.117.386,77	3,41	85,89	87,37
Créditos de longo prazo	1.151.223,00	1.151.223,00	0,00	0,12	0,13
Imobilizado líquido	827.467.243,52	800.090.726,57	3,42	85,68	87,15
Intangível	875.437,20	875.437,20	0,00	0,09	0,10
Ativo total	965.739.946,54	918.064.318,74	5,19	100,00	100,00
Passivo exigível circulante	312.624.337,45	296.990.712,93	5,26	32,37	32,35
Obrigações com pessoal	89.764.783,80	124.028.393,61	-27,63	9,29	13,51
Fornecedores	6.645.802,27	4.492.734,54	47,92	0,69	0,49
Obrigações fiscais	840,00	845,78	-0,68	0,00	0,00
Demais obrigações	216.212.911,38	168.468.739,00	28,34	22,39	18,35
Patrimônio líquido	653.115.609,09	621.073.605,81	5,16	67,63	67,65

O ativo total aumentou 5,19%, com concentração de 85,68% no imobilizado líquido. Os créditos de curto prazo cresceram 45,56%, enquanto o caixa recuou 7,19%. O passivo exigível corresponde a 32,37% do ativo, e o patrimônio líquido a 67,63%.

9. Demonstração das Variações Patrimoniais

Rubrica	2026 R$	2025 R$	Variação
Variações patrimoniais aumentativas	642.618.557,16	560.931.442,77	14,56%
Variações patrimoniais diminutivas	678.325.480,46	605.353.894,61	12,05%
Transferências e delegações recebidas	631.249.702,48	532.442.723,71	18,56%
Pessoal e encargos	449.182.948,07	408.347.094,18	10,00%
Benefícios previdenciários e assistenciais	63.985.968,91	59.668.513,70	7,24%
Uso de bens serviços e consumo de capital fixo	50.778.948,03	44.911.894,27	13,06%
Incorporação de passivos	59.495.197,46	42.230.021,66	40,88%

A DVP apurou déficit patrimonial de R$ 35.706.923,30, ante R$ 44.422.451,84 no mesmo período de 2025. A redução do déficit foi de R$ 8.715.528,54, ou 19,62%. As VPAs aumentaram R$ 81.687.114,39, enquanto as VPDs aumentaram R$ 72.971.585,85.

As transferências e delegações recebidas representam 98,23% das VPAs. O aumento dessa rubrica em R$ 98.806.978,77 foi parcialmente compensado pela redução de R$ 17.652.043,13

em Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. Essa composição evidencia a relevância das transferências para o financiamento das atividades do Instituto.

Aumento da despesa com pessoal

Componente	Aumento em R$	Variação
Remuneração a pessoal	31.138.204,90	9,45%
Encargos patronais	6.359.312,56	11,08%
Benefícios a pessoal	3.339.987,47	15,65%

Pessoal e Encargos alcançou R$ 449.182.948,07, crescimento de R$ 40.835.853,89, ou 10,00%. A rubrica representa 66,22% das VPDs e explica 55,96% do aumento total das VPDs. O crescimento está concentrado em remuneração, seguido de encargos patronais e benefícios.

Também contribuíram para a elevação das VPDs a incorporação de passivos, com acréscimo de R$ 17.265.175,80, e os serviços, com acréscimo de R$ 6.171.282,58. Os demonstrativos sintéticos não individualizam a natureza dos passivos incorporados nem seu eventual vínculo com ajustes de exercícios anteriores.

Fonte: DVP, pp. 1–3.

9.1 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mensal

Foram analisadas as DMPLs disponibilizadas de janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto e setembro de 2026, emitidas em 15 de outubro de 2026 para o órgão 26429. Os demonstrativos apresentam posições acumuladas desde o início do exercício; seus resultados e ajustes não devem ser somados entre os meses. Junho constitui a posição de referência imediatamente anterior ao terceiro trimestre. Maio não integra o conjunto recebido, e não foram estimados saldos ou movimentos para esse mês.

Posição em 2026	Ajustes acumulados R$	Resultado acumulado R$	Saldo final da DMPL R$
Janeiro	-2.117.568,29	2.234.482,55	621.190.520,07
Fevereiro	-2.396.296,34	-843.837,44	617.833.472,03
Março	-2.757.128,52	-3.933.458,49	614.383.018,80
Abril	-2.757.128,52	-13.040.435,37	605.276.041,92
Junho	-2.757.137,13	-17.471.476,19	600.844.992,49
Julho	-2.907.192,32	-22.012.145,06	596.154.268,43
Agosto	67.769.155,16	-28.344.409,31	660.498.351,66
Setembro	—	-35.706.923,30	-35.706.923,30

Os valores apresentados estão concentrados na coluna Resultados Acumulados. Os relatórios de janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho e agosto apresentam saldo inicial de R$ 621.073.605,81 e conciliam esse valor com seus ajustes, resultados e saldos finais. Em

setembro, o saldo inicial e os ajustes aparecem como traços; o saldo final negativo da tabela reproduz o arquivo recebido e não substitui o patrimônio líquido do BP. A divergência está detalhada na seção 9.2.

A DMPL de julho concilia o saldo inicial de R$ 621.073.605,81 com ajustes negativos de R$ 2.907.192,32 e déficit acumulado de R$ 22.012.145,06, resultando em R$ 596.154.268,43. Em agosto, o mesmo saldo inicial, os ajustes positivos acumulados de R$ 67.769.155,16 e o déficit acumulado de R$ 28.344.409,31 resultam em R$ 660.498.351,66.

Entre julho e agosto, o patrimônio líquido apresentado nas DMPLs aumentou R$ 64.344.083,23. Essa variação corresponde ao movimento líquido positivo de R$ 70.676.347,48 nos ajustes de exercícios anteriores, parcialmente compensado pela variação negativa de R$ 6.332.264,25 no resultado acumulado. O aumento patrimonial de agosto decorre, portanto, dos ajustes evidenciados, apesar do resultado negativo do intervalo. A documentação disponível não identifica a natureza desses ajustes.

A DMPL de junho confirma o patrimônio líquido de R$ 600.844.992,49 como posição anterior ao terceiro trimestre. Até junho, os ajustes acumulados eram negativos em R$ 2.757.137,13 e o déficit acumulado era de R$ 17.471.476,19. A comparação com os componentes do BP de setembro permite separar as mutações de julho a setembro dos valores acumulados desde janeiro.

Conciliação do terceiro trimestre	Valor R$
Patrimônio líquido em junho conforme DMPL	600.844.992,49
Variação dos ajustes entre junho e setembro	70.506.063,71
Variação do resultado entre junho e setembro	-18.235.447,11
Patrimônio líquido em setembro conforme BP	653.115.609,09
Aumento líquido do patrimônio no terceiro trimestre	52.270.616,60

O aumento patrimonial de R$ 52.270.616,60 no trimestre decorre aritmeticamente dos ajustes líquidos positivos de R$ 70.506.063,71, parcialmente compensados pelo resultado negativo de R$ 18.235.447,11 relativo ao intervalo de julho a setembro. O aumento dos ajustes não deve ser tratado como VPA do trimestre nem atribuído ao aumento da execução dos TEDs sem identificação de suas contrapartidas. Os componentes de setembro utilizados nessa conciliação são os do BP; a DMPL de setembro permanece divergente.

Os ajustes acumulados permaneceram negativos nos meses disponibilizados de janeiro a julho e passaram a positivos em agosto. A alteração entre julho e agosto foi de R$ 70.676.347,48. A série histórica evidencia a mudança de posição, mas não identifica a natureza dos lançamentos.

9.2 Conciliação de setembro com o BP e a DVP

A DMPL de setembro apresenta traços no saldo inicial de 2026 e nos ajustes de exercícios anteriores e informa saldo final negativo de R$ 35.706.923,30, igual apenas ao resultado

do exercício. Esse saldo final diverge do patrimônio líquido de R$ 653.115.609,09 apresentado no BP de setembro. A diferença é de R$ 688.822.532,39, equivalente à soma do saldo de abertura de R$ 621.073.605,81 e dos ajustes acumulados de R$ 67.748.926,58 constantes do BP. O resultado de R$ -35.706.923,30 coincide entre a DMPL, o BP e a DVP. A causa da diferença não está identificada nos relatórios apresentados.

Conciliação patrimonial de setembro	Valor R$
Saldo inicial conforme BP e DMPL de julho e agosto	621.073.605,81
Ajustes de exercícios anteriores conforme BP de setembro	67.748.926,58
Resultado acumulado conforme BP DVP e DMPL de setembro	-35.706.923,30
Patrimônio líquido conciliado com o BP	653.115.609,09
Saldo final apresentado na DMPL de setembro	-35.706.923,30
Diferença a conciliar na DMPL de setembro	688.822.532,39

A conciliação acima utiliza os componentes do BP para explicar a diferença e não altera nem corrige o demonstrativo recebido. O valor de R$ 653.115.609,09 permanece identificado como patrimônio líquido do BP; não é apresentado como saldo final informado pela DMPL de setembro.

Movimento entre posições R$	Julho menos junho	Agosto menos julho	Setembro menos agosto
Variação do resultado acumulado	-4.540.668,87	-6.332.264,25	-7.362.513,99
Variação líquida dos ajustes acumulados	-150.055,19	70.676.347,48	-20.228,58
Variação do patrimônio líquido conciliado	-4.690.724,06	64.344.083,23	-7.382.742,57

Para julho e agosto, os movimentos foram obtidos por diferença entre DMPLs consecutivas disponibilizadas. Para setembro, a variação do resultado utiliza as DMPLs de agosto e setembro; a variação dos ajustes e a do patrimônio líquido utilizam o BP de setembro confrontado com a DMPL de agosto, em razão da divergência na DMPL de setembro. A soma das três variações corresponde aos movimentos do terceiro trimestre. São diferenças entre posições acumuladas, e não uma conciliação dos lançamentos individuais de cada mês.

Os quadros comparativos de 2025 das DMPLs analisadas apresentam saldo inicial de R$ 654.989.722,68, ajustes de exercícios anteriores de R$ -607.489,42, resultado anual de R$ -33.308.627,45 e saldo final de R$ 621.073.605,81. Esse saldo final é igual à abertura de 2026 apresentada de janeiro a agosto nos meses disponibilizados e ao saldo comparativo de patrimônio líquido do BP. O resultado de 2025 apresentado nessas DMPLs é anual e não deve ser comparado diretamente com o resultado acumulado até setembro de 2025 da DVP.

Fonte: DMPLs do órgão 26429 dos meses 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08 e 09 de 2026, página 1 de cada relatório; BP de setembro, página 1; DVP do terceiro trimestre, página 3.

9.3 Composição e evolução das VPA

Base da AV: total das variações patrimoniais aumentativas de janeiro a setembro de cada exercício.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Exploração e venda de bens e serviços	995.328,10	537.503,84	85,18	0,15	0,10
VPA financeiras	127,85	403,49	-68,31	0,00	0,00
Transferências recebidas	631.249.702,48	532.442.723,71	18,56	98,23	94,92
Ganhos com ativos e desincorporação de passivos	10.060.064,37	27.712.107,50	-63,70	1,57	4,94
Outras VPA	313.334,36	238.704,23	31,26	0,05	0,04
Total VPA	642.618.557,16	560.931.442,77	14,56	100,00	100,00

9.4 Composição e evolução das VPD

Base da AV: total das variações patrimoniais diminutivas de janeiro a setembro de cada exercício.

Rubrica	2026 R$	2025 R$	AH %	AV 2026 %	AV 2025 %
Pessoal e encargos	449.182.948,07	408.347.094,18	10,00	66,22	67,46
Benefícios previdenciários e assistenciais	63.985.968,91	59.668.513,70	7,24	9,43	9,86
Uso de bens e serviços	50.778.948,03	44.911.894,27	13,06	7,49	7,42
VPD financeiras	36.518,33	198.897,98	-81,64	0,01	0,03
Transferências concedidas	41.171.484,14	38.976.428,86	5,63	6,07	6,44
Perdas com ativos e incorporação de passivos	59.571.042,28	42.256.497,66	40,97	8,78	6,98
Tributárias	144.980,10	129.558,42	11,90	0,02	0,02
Outras VPD	13.453.590,60	10.865.009,54	23,82	1,98	1,79
Total VPD	678.325.480,46	605.353.894,61	12,05	100,00	100,00

As VPA cresceram 14,56%, acima do crescimento de 12,05% das VPD. O déficit patrimonial diminuiu R$ 8.715.528,54, ou 19,62%. Embora a despesa patrimonial com pessoal tenha aumentado 10,00%, sua participação nas VPD passou de 67,46% para 66,22%. O aumento nominal não deve ser confundido com crescimento de sua participação relativa.

9.5 Composição e evolução do patrimônio líquido

A formação do PL de setembro é analisada com base no BP e na conciliação apresentada nesta nota. O saldo inicial representa 95,09% do PL final; os ajustes de exercícios anteriores, 10,37%; e o resultado acumulado, -5,47%, totalizando 100%. Esses percentuais descrevem os componentes da formação do saldo, e não classes autônomas do patrimônio líquido.

Posição de 2026	PL R$	AH posição anterior %
Janeiro	621.190.520,07	0,02
Fevereiro	617.833.472,03	-0,54
Março	614.383.018,80	-0,56
Abril	605.276.041,92	-1,48
Junho	600.844.992,49	-0,73
Julho	596.154.268,43	-0,78
Agosto	660.498.351,66	10,79
Setembro — BP	653.115.609,09	-1,12

Fonte: DMPL mensais, exceto setembro, cujo saldo é o do BP. janeiro é comparado ao saldo de abertura do exercício. Junho é comparado a abril, intervalo de dois meses, pois a DMPL de maio não foi disponibilizada. As demais comparações são entre posições mensais consecutivas. As DMPL apresentam movimentos acumulados no exercício. A utilização do BP em setembro preserva a divergência já divulgada de R$ 688.822.532,39 em relação ao saldo final informado na DMPL desse mês. O crescimento de agosto decorre principalmente da variação dos ajustes de exercícios anteriores descrita na conciliação.

10. Análise cruzada entre as demonstrações

Tema	Referência	Conclusão
Caixa final	BP, BF e DFC: R$ 56.087.102,01	Valores conciliados.
Resultado patrimonial	DVP e BP: R$ -35.706.923,30	Valores conciliados.
Patrimônio líquido	Abertura + resultado + ajustes: R$ 653.115.609,09	Conciliação aritmética; composição dos ajustes não discriminada nas peças sintéticas.
Restos a pagar pagos	Anexos do BO e BF: R$ 100.031.404,94	Valores conciliados.

10.1 Obrigações contratuais, contingências e partes relacionadas

O quadro de compensações do BP apresenta atos potenciais ativos de R$ 82.388.604,03, compostos por R$ 82.349.980,56 em direitos conveniados e outros instrumentos congêneres e R$ 38.623,47 em garantias e contragarantias recebidas. Os atos potenciais passivos somam R$

84.143.983,49, dos quais R$ 83.952.991,05 em obrigações contratuais e R$ 190.992,44 em obrigações conveniadas. As obrigações contratuais reduziram-se em R$ 11.428.625,92 (-11,98%). Esses controles não equivalem automaticamente a passivos exigíveis já reconhecidos.

O BP não evidencia saldos nas linhas de provisões de curto e longo prazo, e a DVP não apresenta constituição de provisões. Essa apresentação não comprova inexistência de demandas judiciais, riscos fiscais ou outros passivos contingentes; as peças sintéticas não discriminam essas situações.

Os demonstrativos agregados não identificam partes relacionadas ou fundações de apoio. As transferências para instituições privadas de R$ 78.305,00 na DVP, também apresentadas na DFC, não podem ser classificadas integralmente como transações com fundações de apoio, pois os beneficiários e a natureza das relações não são individualizados nas peças sintéticas.

Fonte: BP, pp. 1–2; DVP, pp. 2–3; DFC, p. 2. Referências complementares: CTSP 01 e materiais de TPR fornecidos.

11. Limitações de informação

As demonstrações agregadas evidenciam os saldos e as variações analisados neste relatório, mas não individualizam a composição de todas as rubricas por devedor, credor, unidade gestora, contrato ou instrumento.

Entre os valores com composição não discriminada nas peças sintéticas destacam-se os ajustes de exercícios anteriores de R$ 67.748.926,58, a incorporação de passivos de R$ 59.495.197,46 e a diferença analítica de R$ 5.736.375,80 nos controles dos passivos financeiros e permanentes.

Os demonstrativos não discriminam os instrumentos e os valores que compõem a contribuição dos TEDs para o crescimento da execução, nem a posição analítica de contingências e transações com partes relacionadas.

A DMPL de setembro apresenta diferença de R$ 688.822.532,39 em relação ao patrimônio líquido do BP, mantida expressamente na conciliação da seção 9.2 e na declaração do contador.

12. Conclusão

As demonstrações do terceiro trimestre de 2026 apresentam ativo total de R$ 965.739.946,54 e patrimônio líquido de R$ 653.115.609,09. O déficit patrimonial de R$ 35.706.923,30 foi inferior ao do período comparativo de 2025, enquanto a geração líquida de caixa permaneceu negativa em R$ 4.347.379,82. O aumento da despesa com pessoal e da execução de TEDs integra o contexto do período. As DMPLs dos meses disponibilizados entre janeiro e agosto conciliam seus componentes. O saldo final da DMPL de setembro diverge do BP em R$ 688.822.532,39, conforme seções 9.1 e 9.2; essa diferença permanece como limitação da apresentação conjunta das demonstrações.

Referências documentais

Documentos contábeis do órgão 26429 emitidos em 15 de outubro de 2026: BP, BO, BF, DVP e DFC referentes ao terceiro trimestre fechado e DMPLs mensais de julho, agosto e setembro fechados. Os valores foram transcritos das peças originais, sem alteração dos saldos apresentados.

BGU-BP-Trimestre3-Orgao26429-2026.pdf — páginas 1 a 3.

BGU-DVP-Trimestre3-Orgao26429-2026.pdf — páginas 1 a 3.

BGU-BO-Trimestre3-Orgao26429-2026.pdf — páginas 1 a 3, incluindo Anexos 1 e 2.

BGU-BF-Trimestre3-Orgao26429-2026.pdf — página 1.

BGU-DFC-Trimestre3-Orgao26429-2026.pdf — páginas 1 e 2.

Referências técnicas: CTSP 02 — Notas Explicativas; CTSP 01 — Provisões e Passivos Contingentes; IPC 04, 05, 06, 08 e 11; mensagens MEC 2026/3962777, 3962782, 3962786, 3962788, 3962792, 3962793, 3962797, 3962800 e 3962801; mensagem STN 2025/3836325 sobre créditos a receber; materiais de partes relacionadas e fundações de apoio e mensagem MEC 2025/3924532.

Conselho Federal de Contabilidade. Comunicado Técnico CTSP 02 — Notas Explicativas é publicado no DOU, 19 de junho de 2024. Disponível em https://cfc.org.br/noticias/comunicado-tecnico-ctsp-02-notas-explicativas-e-publicado-no-dou/ .

SIAFI. BGU-DMPL-Mes07-Orgao26429-2026.pdf — órgão 26429, mês 07 de 2026 fechado, emissão em 15/10/2026, página 1.

SIAFI. BGU-DMPL-Mes08-Orgao26429-2026.pdf — órgão 26429, mês 08 de 2026 fechado, emissão em 15/10/2026, página 1.

SIAFI. BGU-DMPL-Mes09-Orgao26429-2026.pdf — órgão 26429, mês 09 de 2026 fechado, emissão em 15/10/2026, página 1.

SIAFI. BGU-DMPL-Mes01-Orgao26429-2026.pdf; BGU-DMPL-Mes02-Orgao26429-2026.pdf; BGU-DMPL-Mes03-Orgao26429-2026.pdf; BGU-DMPL-Mes04-Orgao26429-2026.pdf; BGU-DMPL-Mes06-Orgao26429-2026.pdf. Relatórios mensais fechados, emissão em 15/10/2026, página 1 de cada arquivo.

IFG. Notas explicativas do primeiro e do segundo trimestres de 2026. Referências institucionais, de políticas contábeis, apresentação e histórico de restrições.

IFG. Notas explicativas - 1º Trimestre - 2026.docx. Fonte dos dados de identificação das unidades, das descrições institucionais e dos critérios contábeis e mecanismos de apresentação de caráter continuado.

Conformidade contábil e declaração do contador

O acompanhamento contábil articula as setoriais de unidades gestoras, a setorial do órgão, a setorial do órgão superior e a Secretaria do Tesouro Nacional. Os gestores respondem pelos atos e fatos de gestão que afetam o patrimônio; os profissionais da contabilidade analisam seus registros e efeitos nas demonstrações e propõem o tratamento das inconsistências. A declaração do contador evidencia a conclusão e as ressalvas relativas às informações contábeis apresentadas.

A conformidade contábil abrange a representação da execução orçamentária, financeira e patrimonial. As ressalvas e limitações de informação desta declaração incluem as diferenças apresentadas nas notas e o histórico de restrições relatado nos documentos dos períodos anteriores. Esse histórico não equivale à comprovação de registro dos mesmos códigos no terceiro trimestre de 2026.

Declaração trimestral do contador

Órgão 26429 — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Período de referência: terceiro trimestre de 2026. Data-base: 30 de setembro de 2026.

A presente declaração acompanha as demonstrações contábeis do órgão 26429 relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2026 e registra as ressalvas e limitações de informação descritas a seguir. A apresentação conjunta das peças contempla a divergência entre a DMPL de setembro e o Balanço Patrimonial, sem afirmação de conformidade irrestrita quanto aos pontos evidenciados.

O escopo da declaração compreende o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas notas explicativas.

As ressalvas são apresentadas segundo os elementos constantes das demonstrações e da documentação de referência. Não há, nos documentos que instruem esta versão, individualização de todas as ocorrências por unidade gestora, competência e valor.

Ressalvas e histórico de restrições

Restrição 029 — Falta ou atraso de remessa do RMA e RMBM

A documentação dos períodos anteriores registra atraso na remessa consolidada dos relatórios de movimentação de almoxarifado e de bens móveis, associado a pendências de migração e integração dos controles patrimoniais. A documentação desta versão não individualiza, para julho a setembro de 2026, os relatórios e as unidades alcançados.

Restrição 315 — Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão

A documentação dos períodos anteriores registra ausência ou restrição na conformidade dos registros de gestão em unidades do órgão, com referência a capacitação e revisão de rotinas. Os registros e as providências específicos do terceiro trimestre não são individualizados nos documentos desta versão.

Restrição 318 — Não atendimento às orientações de órgão contábil ou setorial de contabilidade

A documentação dos períodos anteriores registra pendências de implantação do SIADS e prorrogação de prazo que havia alterado o uso da restrição. A referência histórica não comprova a utilização do código no terceiro trimestre de 2026.

Restrição 603 — Saldo contábil do almoxarifado não confere com o RMA

A documentação dos períodos anteriores registra divergências entre os saldos contábeis de almoxarifado e o Relatório de Movimentação de Almoxarifado, com necessidade de inventário

e conciliação. A composição das diferenças de setembro, por unidade e conta, não é discriminada nos demonstrativos sintéticos.

Restrição 640 — Saldo contábil de bens móveis não confere com o RMBM

A documentação dos períodos anteriores registra divergências entre os registros de bens móveis e o respectivo relatório patrimonial, com referência a inventário especial e regularização dos controles. As diferenças de setembro por unidade gestora e classe de bens não são individualizadas nas peças sintéticas.

Restrição 642 — Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado

A documentação dos períodos anteriores registra problemas de cálculo e conciliação da depreciação, estornos em exercícios anteriores e limitações do sistema patrimonial. No terceiro trimestre, a depreciação acumulada de bens móveis apresentou redução de R$ 787.930,92. A composição desse movimento não é discriminada nas peças sintéticas, e a variação, isoladamente, não comprova o registro da restrição.

Restrição 696 — Passivo orçamentário versus execução orçamentária

A documentação dos períodos anteriores registra divergências entre passivo orçamentário e execução da despesa, relacionadas a restos a pagar e baixas de obrigações. A diferença analítica de R$ 5.736.375,80 apresentada na seção 6 não é automaticamente classificada nesse código; sua composição não está discriminada nos quadros sintéticos.

Restrição 772 — Controle de DDR versus controle orçamentário liquidado

A documentação dos períodos anteriores registra divergências entre os controles de disponibilidade por destinação de recursos e os valores liquidados, com referência a inconsistências de vinculação de fontes. As ocorrências de setembro por fonte, unidade e documento de execução não são individualizadas nas peças sintéticas.

Outras limitações de informação

A DMPL de setembro apresenta saldo final de R$ -35.706.923,30, enquanto o BP apresenta patrimônio líquido de R$ 653.115.609,09, diferença de R$ 688.822.532,39. A causa da divergência não está identificada nos relatórios apresentados, e não há atribuição automática de código de restrição a essa diferença.

Os ajustes de exercícios anteriores apresentados no BP somam R$ 67.748.926,58. Entre julho e agosto, a movimentação líquida dos ajustes foi positiva em R$ 70.676.347,48. A natureza e as contrapartidas desses registros não são individualizadas nos demonstrativos sintéticos.

Encerramento e identificação do contador

A declaração é apresentada com as ressalvas e limitações de informação descritas, que integram a leitura das demonstrações contábeis do período.

Goiânia, 29 de outubro de 2026.

Tomil Pereira Kikumori

Contador responsável — CRC-GO 022142/O